

## **PROJETO DE LEI Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2020**

*Autoriza o Executivo Municipal a conceder reajuste de vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, das bolsas-auxílio, bem como recomposição dos subsídios da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder reajuste de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento) sobre os vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, e das bolsas-auxílio dos estagiários, da Administração Direta e Indireta do Município.

**Art. 2º** O Executivo Municipal também fica autorizado a proceder à recomposição dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, do Procurador-Geral, do Controlador-Geral, do Chefe de Gabinete e dos Diretores-Gerais das Autarquias, no percentual de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), em conformidade com o previsto no § 5º do artigo 7º da Lei nº 5.517, de 27 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

**Art. 3º** O reajuste de que trata esta Lei será calculado sobre os vencimentos devidos do mês de dezembro de 2019, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Administração Direta e dos orçamentos das Autarquias Municipais.

**Art. 5º** Revogadas as disposições contrárias, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna-MG, 22 de janeiro de 2020.

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito do Município de Itaúna

**Dalton Leandro Nogueira**  
Secretário Municipal de Administração

**Helimar Parreiras da Silva**  
Procurador-Geral do Município

## PROJETO DE LEI Nº 4/2020

### *JUSTIFICATIVA*

Excelentíssimo Senhor **Presidente**, Excelentíssimos Senhores **Vereadores** e Excelentíssimas Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna,

O Projeto de Lei nº 04/2020 que encaminho aos nobres Edis tem por objeto reajustar, no percentual de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), os vencimentos dos servidores públicos municipais, as pensões e proventos de aposentadorias, as bolsas-auxílio, assim como promover a recomposição dos subsídios da Administração Direta e Indireta, para que sejam atendidas as determinações de revisão anual contidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município de Itaúna e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Destaco que, dada a conjuntura econômica nacional, o percentual proposto, calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (do Governo Federal correspondente ao ano de 2019), está em consonância com os indicadores econômicos previstos no artigo 37 da Lei Orgânica Municipal, c/c com o § 5º do artigo 7º da Lei nº 5.517 de 27 de dezembro de 2019 (LOA), que prevê reajuste dos vencimentos dos servidores públicos no percentual de até 5% (cinco por cento), bem como em conformidade com o disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Com essa justificativa, aguardo a análise, deliberação e consequente aprovação do presente Projeto de Lei, solicitando que seja a presente proposição legal analisada **em regime de urgência, nos termos do artigo 111, inciso I, alínea “b”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, bem como ocorra a designação de Reunião Extraordinária**, tendo em vista a exiguidade do tempo para a elaboração da folha de pagamento dos servidores públicos municipais no corrente mês.

Na oportunidade, renovo a Vossas Excelências protestos de estima e consideração.

Itaúna-MG, 22 de janeiro de 2020.

Atenciosamente,

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito do Município de Itaúna

**Ofício nº 16/2020 - Gabinete do Prefeito**  
**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº 4/2020**

Itaúna-MG, 22 de janeiro de 2020

Prezado Senhor **Presidente**,

Encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 4/2020, que “**Autoriza o Executivo Municipal a conceder reajuste de vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, das bolsas-auxílio, bem como recomposição dos subsídios da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna, e dá outras providências**”, para análise, deliberação e aprovação dessa Câmara.

Solicito seja a presente proposição legal analisada **em regime de urgência, nos termos do artigo 111, inciso I, alínea “b”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, bem como designação de Reunião Extraordinária**, tendo em vista a exiguidade do tempo para a elaboração da folha de pagamento dos servidores públicos municipais no corrente mês.

Na oportunidade, reitero protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito do Município de Itaúna

**EXMO. SR.**  
**ALEXANDRE MAGNO MARTONI DEBIQUE CAMPOS**  
**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ITAÚNA-MG**

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b>
<b>Departamento Contábil Financeiro</b>
<b>Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro – Poder Executivo (PMI-IMP-SAAE)</b> (nos termos do art. 16 da Lei nº 101/2000)

Objeto: REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA 4,48%

Início da Vigência: janeiro/2020

Término: Indeterminado – Despesa continuada

**ESTIMATIVA DA DESPESA**

A) Receita Corrente Líquida prevista para 2020 (LOA)	307.329.300,00
B) Estimativa de gastos com pessoal para 2020 (LOA)	141.213.791,45
C) Percentual de gastos com pessoal LOA – 2020 – Executivo	45,95%
D) Valor do reajuste excedente previsto na Lei Orçamentária (5% – 4,48%)	268.978,65
E) Nova estimativa de gastos com pessoal para 2020 após o reajuste salarial (B–D)	140.944.812,80
F) Novo percentual de gastos com pessoal após nova estimativa (E/A*100)	45,86%
G) Impacto (negativo) sobre os gastos com pessoal	(0,09)

ANO	Receita Corrente Líquida Projetada A	Total da Despesa Projetada B	% Gastos c/Pessoal (B/A x 100) C
2021	318.700.484,00	147.569.219,00	46,30%
2022	330.492.402,00	154.504.972,00	46,75%

- ✓ Para projeção de receitas para 2021 e 2022 utilizamos os dados previstos para 2020 com acréscimo de 3,7% relativos à previsão de inflação divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- ✓ Para projeção de gastos com pessoal para 2021 e 2022 utilizamos os dados previstos para 2020 com acréscimo de 3,7% relativos à previsão de inflação divulgada pelo Banco Central do Brasil + 1% referente à expectativa de impacto causado pela progressão dos servidores efetivos municipais;
- ✓ O percentual limite para "Gastos com Pessoal" para o Poder Executivo estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de **54%**;
- ✓ O limite prudencial corresponde a 95% do limite de Gastos com Pessoal (54%), ou seja, **51,30%**;
- ✓ Verifica-se que com o reajuste salarial o percentual de gastos com pessoal previsto para 2020 não atingirá o limite prudencial;
- ✓ Verifica-se ainda que nos dois anos seguintes o percentual de gastos com pessoal também não ultrapassará o limite prudencial.

Em 22/01/2020.

  
**VANEIDA NOGUEIRA MILEIB**  
 Gerente Superior de Contabilidade e Financeiro  
 CRC-MG 85.711/0-5

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 04/2020 (Nº CMI 01/2020)**

Tendo esta Comissão sido acionada em reunião extraordinária do dia 28/01/2020 para apreciação e elaboração de parecer ao Projeto de Lei 04/2020, registrado nesta Casa sob o número 01/2020, de autoria do Prefeito Municipal de Itaúna, que *“Autoriza o Executivo Municipal a conceder reajuste de vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, das bolsas-auxílio, bem como recomposição dos subsídios da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna, e dá outras providências”*, e atuando como relator da matéria em apreço, exponho as seguintes considerações:

O mencionado projeto visa autorizar o Executivo Municipal a conceder reajuste de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento) sobre os vencimentos aos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, das bolsas auxílio, recomposição dos subsídios da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna, bem como proceder à recomposição dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Chefe de Gabinete e Diretor-Geral das autarquias.

Contudo, entendemos que embora seja legalmente permitido o reajuste dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Chefe de Gabinete e Diretor-Geral das autarquias, o momento econômico e financeiro em que encontram-se os entes federados não é favorável a tal medida prevista no artigo 2º do projeto de lei em questão. Desta feita, visando a adequação da proposição apresentamos a seguinte emenda supressiva de Comissão:

**EMENDA SUPRESSIVA DE COMISSÃO Nº 01/2020**

Art. 1º Fica suprimido o artigo 2º do projeto de Lei nº 04/2020 renumerando-se os demais dispositivos remanescentes.

Neste sentido e após análise da emenda supramencionada, entendemos que o Projeto de Lei em análise está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o Art. 28, I, “a”, do Regimento Interno desta Casa.

Desta forma, conclui-se:

**VOTO DO RELATOR**

Diante do acima exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria está em conformidade com as normas legais e regimentais atinentes à espécie, possuindo amparo legal e constitucional. Assim sendo, a matéria e sua modificação estão aptas para apreciação pelo egrégio plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2020.

**Márcio Gonçalves Pinto**  
*Presidente/Relator*

Acompanham o voto do relator os demais membros da referida comissão:

**Anselmo Fabiano Santos**  
Membro

**Silvano Gomes Pinheiro**  
Membro

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 01/2020

Tendo esta Comissão, recebido na data de 28/01/2020, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº 04/2020 advindo do poder executivo e, registrado nessa casa com o nº 01/2020, que **“Autoriza o Executivo Municipal a conceder reajuste de vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, da bolsa-auxílio, bem como recomposição dos subsídios da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna, e dá outras providências”**, e tendo avocado para si a relatoria da matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O projeto mencionado, objetiva a conceder aos servidores municipais da Administração Direta e Indireta, bolsa-auxílio dos estagiários, pensionistas e aposentados, bem como proceder à recomposição dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Chefe de Gabinete e Diretor-Geral das autarquias, o reajuste dos seus vencimentos de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento) que incidirá de pronto aos proventos concernentes ao mês de dezembro de 2019 e que serão adimplidos em janeiro de 2.020.

Preliminarmente, cumpre mencionar que a referida matéria é de competência privativa do chefe do Executivo municipal, pelo que a proposta em voga atende os preceitos legais e constitucionais, não havendo desta feita, óbices a sua regular tramitação, como demonstrado pela Comissão de Justiça e Redação. Importante destacar que se encontra nos autos a Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro deste Projeto de Lei. O teor do preconizado, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o Art. 28, inciso II, “a” e “d” do Regimento Interno da Câmara Municipal. Feitas as considerações acima, conclui-se:

### VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 28 de Janeiro de 2020.

Lucimar Nunes Nogueira  
Relator

Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:

Márcio Gonçalves Pinto  
*Membro*

Anselmo Fabiano Santos  
*Membro*

**PROJETO DE LEI Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2020**  
**(REDAÇÃO FINAL)**

*Autoriza o Executivo Municipal a conceder reajuste de vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, das bolsas-auxílio, bem como recomposição dos subsídios da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder reajuste de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento) sobre os vencimentos dos servidores públicos, das pensões e proventos de aposentadorias, e das bolsas-auxílio dos estagiários, da Administração Direta e Indireta do Município.

**Art. 2º** O reajuste de que trata esta Lei será calculado sobre os vencimentos devidos do mês de dezembro de 2019, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Administração Direta e dos orçamentos das Autarquias Municipais.

**Art. 4º** Revogadas as disposições contrárias, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna-MG, 22 de janeiro de 2020.

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito do Município de Itaúna

**Dalton Leandro Nogueira**  
Secretário Municipal de Administração

**Helimar Parreiras da Silva**  
Procurador-Geral do Município